

1. Conforme a resolução 583 do CNJ é correto afirmar:
  - a) Na hipótese de declaração de inexistência de pacto antenupcial, devem os cônjuges firmar declaração, acompanhados de 3(três) testemunhas, sob pena de responsabilidade, quanto à inexistência de excepcionalidade ao regime de bens aplicável.
  - b) Faculta-se a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória.
  - c) Conforme a resolução 583 para fins de referida averbação complementar, o regime de bens não deverá indicar o país cuja legislação se aplica.
  - d) A declaração complementar deverá ser registrada junto ao registro de imóveis competente.
  - e) É obrigatória a averbação do regime de bens posteriormente, sem a necessidade de autorização judicial, mediante apresentação de documentação comprobatória.
2. Conforme a previsão da Constituição Federal de 1988 sobre os serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta:
  - a) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
  - b) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de dois anos.
  - c) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
  - d) A delegação da atividade notarial e registral decorre de um ato do poder legislativo.
  - e) A fiscalização dos atos praticados por notários e registradores é realizada pelo poder executivo.
3. Sobre a resolução 228 do CNJ, assinale a alternativa correta:
  - a) Conforme a resolução 228, as apostilas emitidas deverão conter mecanismo que permita a verificação eletrônica de existência e de autenticidade, assim como conexão com o documento apostilado.
  - b) Conforme a resolução 228, o apostilamento de documentos assinados fisicamente não dependerá da apresentação do original.
  - c) Conforme a resolução 228, será aposta apostila em documento que evidentemente consubstancie ato jurídico contrário à legislação brasileira.
  - d) Conforme a resolução 228 do CNJ, entende-se como legalização, ou chancela consular, a formalidade pela qual se atesta a autenticidade da assinatura, da função ou do cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo nele aposto.
  - e) Conforme a resolução 228, as Corregedorias Extrajudiciais estaduais definirão os padrões de segurança, validade e eficácia para a aposição da apostila em documento assinado eletronicamente e da emissão de apostila em meio eletrônico.
4. Sobre a lei 9492/1997, assinale a alternativa correta:
  - a) Nos tabelionatos de protesto, o atendimento ao público será, no mínimo, de cinco horas diárias.
  - b) Não poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, mesmo que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.
  - c) O protesto será registrado dentro de três dias corridos contados da protocolização do título ou documento de dívida.
  - d) Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos à prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos.
  - e) Antes da lavratura do protesto, não poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, mesmo que pagos os emolumentos e demais despesas.
5. Conforme o provimento 149 do CNJ, assinale a alternativa correta:
  - a) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de cinco membros, sendo eles quatro juristas e um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.
  - b) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de seis membros, sendo eles quatro juristas e dois juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça.
  - c) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de cinco membros, sendo eles quatro juristas e um representante do Conselho Nacional do Ministério Público.
  - d) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de seis membros, sendo eles três juristas e três juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça.
  - e) A Comissão Consultiva Permanente do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça — Foro Extrajudicial será indicada em Portaria do Corregedor Nacional de Justiça, preferencialmente com a participação de sete membros, sendo eles quatro juristas e três juízes auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

6. Sobre a Ata Notarial, assinale a alternativa correta:
- a) Qualquer pessoa física ou jurídica (por meio de seu representante legal) pode solicitar a lavratura de ata notarial.
  - b) A ata notarial não é considerada como elemento de prova para uso em processos judiciais.
  - c) Não é possível a lavratura de ata notarial sobre conteúdo de aplicativos de mensagens.
  - d) Não é possível a lavratura de ata notarial sobre conteúdo de sites e blog de internet.
  - e) Advogados, mesmo que munidos de instrumentos de procuração, não podem solicitar ata notarial sem a presença física do cliente para convalidar o instrumento de procuração.
7. Em relação ao Registro Central de Testamentos online-RCTO, assinale a alternativa correta:
- a) Os membros do Ministério Público devem se manifestar sobre os documentos inseridos no Registro Central de Testamentos On-Line.
  - b) Os Juízes de Direito, para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, e os Tabeliães de Notas, para a lavratura das escrituras públicas de inventário extrajudicial, deverão acessar o Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO), para buscar a existência de testamentos públicos e instrumentos de aprovação de testamentos cerrados.
  - c) Para o processamento dos inventários e partilhas judiciais, bem como para lavrar escrituras públicas de inventário extrajudicial, é facultada a juntada de certidão acerca da inexistência de testamento deixado pelo autor da herança, expedida pela CENSEC – Central Notarial de Serviços Compartilhados.
  - d) O Registro Central de Testamentos On-Line é utilizado para o registro de óbitos de brasileiros natos, ocorridos no exterior.
  - e) Aos titulares de serventias é facultado promover a alimentação do Registro Central de Testamentos On-Line.
8. Sobre a ata notarial de Usucapião Extrajudicial, assinale a alternativa correta:
- a) A ata notarial para usucapião extrajudicial pode ser lavrada em idioma estrangeiro, desde que apresente tradução juramentada.
  - b) A ata notarial para usucapião extrajudicial facultativamente indicará o tempo de posse.
  - c) A ata notarial para usucapião extrajudicial dispensa a assinatura de advogado, caso o solicitante seja menor de 18 anos.
  - d) A ata notarial para usucapião extrajudicial será gratuita, conforme previsão constitucional.
  - e) A ata notarial para Usucapião Extrajudicial será lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias.
9. Assinale a alternativa que apresenta um livro que NÃO é do Tabelionato de Notas:
- a) Livro Indicador Real.
  - b) Livro de Testamento.
  - c) Livro de Procurações.
  - d) Livro de Reconhecimento de Firma.
  - e) Livro de Protocolo.
10. Sobre a responsabilidade civil dos notários e registradores, assinale a alternativa correta:
- a) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.
  - b) A responsabilidade civil dos notários e registradores fica condicionada e depende da condenação criminal.
  - c) A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a honra.
  - d) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.
  - e) Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.
11. Sobre a solução negocial prévia ao protesto, assinale a alternativa correta:
- a) O prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 60 (sessenta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso.
  - b) O tabelião de protesto ou o responsável interino pelo tabelionato expedirá comunicação com o teor da proposta ao devedor por carta simples, por correio eletrônico, por aplicativo de mensagem instantânea ou por qualquer outro meio idôneo.
  - c) A proposta de solução negocial prévia ao protesto não pode oferecer desconto ao devedor do montante constante do protesto.
  - d) Para aquelas medidas de incentivo à solução negocial prévia apresentadas após 60 (sessenta) dias, contados do vencimento do título ou documento de dívida, será exigido do apresentante ou credor o depósito prévio dos emolumentos, dos acréscimos legais e das demais despesas.
  - e) A proposta de solução negocial prévia não exitosa e a sua conversão em protesto será considerada ato complexo, conforme regulado pelo direito administrativo.

12. Em relação ao Tabelionato de Notas e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Nos atos protocolares e nas escrituras públicas, não haverá necessidade de inserção da condição de pessoa exposta politicamente.
- b) A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial.
- c) O fornecimento de certidões para os solicitantes legitimados pode ocorrer por meio de cópia reprográfica.
- d) Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.
- e) A certidão de testamento poderá ser fornecida ao próprio testador ou a terceiro, independente de ordem judicial.

13. Em relação ao Registro de Imóveis e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Dependem de identificação do requerente e de indicação da finalidade, os pedidos de certidão de registros em sentido estrito, averbações, matrículas, transcrições ou inscrições específicas, expedidas em qualquer modalidade.
- b) Serão formados prontuários físicos ou digitais contendo os dados de identificação e indicação de finalidade em todas as hipóteses em que estas tenham sido exigidas.
- c) O fornecimento, pelo registrador, por qualquer meio, de informações sobre o registro não veiculadas por certidão dependerá da segura identificação do solicitante e da indicação da sua finalidade, exceto nos casos em que o solicitante figure no registro em questão.
- d) A expedição de certidão de atos anteriores da cadeia filiatória do imóvel depende de identificação segura do requerente e de indicação da finalidade.
- e) As certidões dos imóveis que já forem objeto de matrícula eletrônica, após a “primeira qualificação eletrônica”, serão expedidas, independentemente de indicação de finalidade, em formato nato-digital estruturado, contendo a situação jurídica atual do imóvel, ou seja, a sua descrição, a titularidade e os ônus reais não cancelados.

14. Em relação a atividade notarial e registral, o Conselho Nacional de Justiça atua como:

- a) Órgão legislativo e julgador.
- b) Órgão normativo e julgador.
- c) Órgão administrativo responsável pelas correições.
- d) Órgão normativo e fiscalizador.
- e) Órgão revisor das decisões de mérito proferidas por notários e registradores.

15. Em relação ao Registro Civil de Pessoas Naturais e a Proteção de Dados, conforme previsto no provimento 149 do CNJ, é correto afirmar:

- a) É livre o acesso às informações constantes nos livros de Registro Civil das Pessoas Naturais, por meio de certidões de breve relato, com as informações regulamentadas em lei, neste Código de Normas e em outras normas compatíveis, independentemente de requerimento ou de identificação do requerente.
- b) As certidões de registro civil em geral, inclusive as de inteiro teor, requeridas pelos próprios interessados, seus representantes legais, mandatários com poderes especiais, serão expedidas dependentemente de autorização do juiz corregedor permanente.
- c) O reconhecimento de firma não será dispensado mesmo quando o requerimento for firmado na presença do oficial ou de preposto.
- d) É necessário requerimento ou autorização judicial para emissão de certidão de óbito em nenhuma de suas modalidades.
- e) É facultado somente aos herdeiros, independentemente de justificação ou de requerimento, realizar buscas nos índices dos Registros Cíveis das Pessoas Naturais, respeitados os emolumentos estabelecidos pelas legislações estaduais.

16. Em relação ao testamento cerrado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O testamento cerrado é escrito somente pelo testador e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.
- b) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de três testemunhas.
- c) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de cinco testemunhas.
- d) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a seu rogo, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.
- e) O testamento cerrado é escrito pelo testador, ou por outra pessoa, a rogo do titular da serventia, e por aquele assinado, será válido se aprovado pelo tabelião ou seu substituto legal, sendo que uma das formalidades que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas.

17. Assinale a alternativa que apresenta um documento que não pode ser objeto de protesto em tabelionato:
- Contrato de Aluguel.
  - Certidão de Dívida Ativa.
  - Dívida Prescrita.
  - Conta de Energia Elétrica.
  - Duplicata.
18. Sobre a apresentação e protocolização do protesto, assinale a alternativa correta:
- Não poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.
  - Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia anterior ao pagamento, no valor indicado pelo apresentante.
  - Irregularidade formal observada pelo Tabelião não obstará o registro do protesto.
  - Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
  - Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
19. Aos tabeliães de não notas compete, com exclusividade:
- Lavrar atas notariais.
  - Autenticar fatos.
  - Lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados.
  - Reconhecer firmas.
  - Lavrar escrituras e procurações, públicas.
20. Conforme a Súmula 475 do STJ é correto afirmar:
- Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra o endossante.
  - Não responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco.
  - Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito não contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, sendo garantido direito de regresso contra o endossante.
  - Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o terceiro de boa-fé que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, não havendo direito de regresso contra os avalistas.
  - Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.
21. Um título de crédito poderá ser protestado por:
- Por falta de pagamento.
  - Para fins de homologação de partilha em inventário judicial.
  - Para fins de pagamento de dívida ativa
  - Por excesso de formalidades para o pagamento.
  - Para consolidação da dívida trabalhista.
22. Sobre a CESDI - Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários, é correto afirmar:
- Pessoa física que responde a processo judicial não poderá acessar a CESDI.
  - A função da CESDI é reunir e disponibilizar informações sobre escrituras de separação, divórcio e inventário feitas em tabelionatos de notas.
  - Ao cessar a CESDI, poderão ser consultados processos em serventias extrajudiciais e tribunais de justiça.
  - O acesso é permitido somente para advogados, magistrados e membros do Ministério Público.
  - A consulta é paga, sendo o valor dos emolumentos fixados por lei estadual.
23. Sobre o reconhecimento de firma por semelhança e autenticidade é correto afirmar:
- O reconhecimento de firma por autenticidade ocorre quando a assinatura a ser reconhecida é confrontada com outra que consta nos arquivos da Serventia.
  - Ao autor, independente da previsão legal, é permitido escolher entre o reconhecimento de firma por semelhança ou autenticidade.
  - Em todas as hipóteses, o reconhecimento de firma por semelhança ou autenticidade são gratuitos.
  - O reconhecimento de firma por semelhança ocorre quando o autor assina o documento na presença do tabelião.
  - O reconhecimento de firma por autenticidade ocorre quando o autor da assinatura é identificado e praticado a assinatura na presença do tabelião ou de seus prepostos.
24. Sobre a escritura de separação é correto afirmar que:
- Pode ser praticada pelo titular da serventia mesmo em casos em que não exista consenso entre as partes.
  - A lavratura da escritura de separação é gratuita, mesmo que existam bens para dividir.
  - Para lavratura da escritura de separação é necessária a oitiva do Ministério Público.
  - Para lavratura da escritura de separação é necessário a presença de advogado ou defensor público.
  - Para lavratura da escritura de separação deverá ser apresentada a certidão de casamento atualizada, com prazo de 180 dias entre a emissão e o protocolo do pedido de separação extrajudicial.

25. Sobre o procedimento de dúvida, assinale a alternativa que apresenta pessoa apta a realizá-lo:
- Magistrado competente para realizar a correição na serventia.
  - Qualquer pessoa física ou jurídica.
  - Ordem dos Advogados do Brasil.
  - Sindicatos e associações de classe.
  - O interessado que solicitou a prática do ato.
26. Os oficiais de registro exercem função pública por delegação do Poder Público, nos termos do art. 236 da Constituição Federal e da Lei nº 8.935/94, atuando com fé pública e sob fiscalização do Poder Judiciário. Sobre os titulares dos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- São investidos na função após aprovação em concurso público de provas e títulos.
  - São considerados servidores públicos para todos os fins e efeitos de direito.
  - Exercem suas atribuições em caráter privado, por delegação do Poder Público.
  - São profissionais do direito, dotados de fé pública.
  - São investidos na função após aprovação em concurso público de provas e títulos, mas nem por isso são considerados servidores públicos.
27. Sobre o local de prestação dos serviços notariais e de registro, conforme as diretrizes da Lei nº 8.935/94, assinale a alternativa correta:
- É permitida a abertura de sucursais sem autorização.
  - Somente é permitida a abertura de sucursais com autorização das Corregedorias Estaduais, atendidas as peculiaridades locais.
  - O atendimento ao público poderá ser inferior a quatro horas diárias.
  - Os serviços serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
  - O funcionamento será definido exclusivamente pelo titular da serventia.
28. A Lei nº 6.015/73 estabelece normas rigorosas sobre a guarda, conservação e apresentação dos livros e documentos dos serviços de registro. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:
- Os oficiais devem manter em segurança permanente os livros e documentos.
  - Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.
  - Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório poderão ser eliminados após a digitalização integral do acervo.
  - Os livros e fichas que os substituam somente sairão do cartório mediante autorização judicial.
- V – F – V – V
  - V – V – V – V
  - F – F – F – F
  - V – V – F – V
  - F – V – F – V
29. A Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) disciplina a forma, o conteúdo e o prazo para expedição das certidões do Registro Civil das Pessoas Naturais. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e escolha a alternativa que indica a sequência correta, conforme a legislação pátria:
- As certidões do registro civil poderão ser lavradas em inteiro teor, em resumo ou em relatório, conforme quesitos.
  - As certidões do registro civil deverão mencionar expressamente a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação.
  - A certidão de inteiro teor poderá ser extraída por meio reprográfico ou eletrônico.
  - As certidões de nascimento mencionarão a data do registro, a data, por extenso, do nascimento e a naturalidade.
- V – V – V – V
  - F – F – V – V
  - V – F – F – V
  - F – F – F – F
  - V – F – V – V
30. A Lei nº 6.015/73 disciplina os assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros lavrados no exterior e as condições para sua eficácia no Brasil. Analise os itens I a IV, atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), e escolha a alternativa que indica a sequência correta:
- Os assentos lavrados no exterior serão considerados autênticos, conforme a lei local, quando legalizadas as certidões por autoridade consular brasileira.
  - Para produzir efeitos no Brasil, os assentos deverão ser transladados no Cartório do 1º Ofício do domicílio do registrado ou, inexistindo domicílio conhecido, no 1º Ofício do Distrito Federal.
  - O traslado dos assentos lavrados no exterior é dispensável para produção de efeitos no território nacional.
  - Os atos consulares relativos ao registro civil observarão as formalidades legais para sua eficácia no Brasil.
- F – F – F – F
  - V – V – V – V
  - V – V – F – V
  - V – F – F – V
  - F – V – F – V

31. Conforme a Lei nº 6.015/73, os fatos concernentes ao registro civil ocorridos em viagem, a bordo de navios ou em campanha deverão ser comunicados para assentamento posterior. Assinale a alternativa correta:
- São registrados apenas no local do fato.
  - Não admitem registro posterior.
  - Deverão ser comunicados, por cópia simples, sem necessidade de autenticações, às autoridades competentes, para que sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações e registros.
  - Dependem exclusivamente de sentença judicial.
  - Deverão ser comunicados, por cópia autêntica, às autoridades competentes, para que sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações.
32. Nos termos da Lei nº 6.015/73, escolha a alternativa que preencha corretamente e de forma sequencial as lacunas do enunciado, conforme a legislação pátria:
- Todo \_\_\_\_\_ que ocorrer no território nacional deverá ser dado a \_\_\_\_\_, no lugar em que tiver ocorrido o \_\_\_\_\_ ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de \_\_\_\_\_ dias, que será ampliado em até \_\_\_\_\_ meses para os lugares distantes mais de \_\_\_\_\_ quilômetros da sede do cartório.
- nascimento; registro; parto; trinta; seis; dez.
  - nascimento; registro; parto; quinze; trinta; três.
  - óbito; averbação; morte; vinte; três; trinta.
  - óbito; registro; morte; quinze; três; vinte.
  - nascimento; registro; parto; quinze; três; trinta.
33. De acordo com a Lei nº 6.015/73, do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento. Assinale a alternativa correta:
- Dispensa a assinatura das testemunhas.
  - Será lavrado somente após o decurso de prazo legal, somente com assinatura dos cônjuges.
  - Depende de escritura pública.
  - Será assinado pelo presidente do ato, pelos cônjuges, pelas testemunhas e pelo oficial.
  - Depende de escritura pública e independe de assinatura das testemunhas.
34. Nos termos expressos da Lei nº 6.015/73, as certidões expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais não poderão ser retardadas por mais de:
- Trinta dias.
  - Quinze dias.
  - Cinco dias.
  - Vinte e quatro horas.
  - Dez dias.
35. Sobre a apresentação de livros e documentos do registro civil, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:
- Basta autorização do titular para retirada dos livros.
  - Somente o titular do cartório poderá andar com os livros livremente para fora das dependências da serventia, não sendo permitido aos substitutos.
  - É permitida a retirada para digitalização externa, após o fechamento do protocolo.
  - Todas as diligências ocorrerão no cartório, e os livros somente sairão mediante autorização judicial.
  - Os livros podem sair livremente para diligências externas.
36. A Lei nº 6.015/73 prevê a gratuidade de determinados atos do registro civil. Sobre a gratuidade, assinale a alternativa correta:
- A gratuidade aplica-se apenas ao nascimento.
  - A gratuidade aplica-se ao nascimento e alcança todas as certidões posteriores, inclusive o casamento, em qualquer situação.
  - A gratuidade depende de decisão judicial.
  - Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
  - A gratuidade alcança todas as certidões posteriores.
37. Para fins de gratuidade por pobreza no registro civil, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:
- A pobreza somente poderá ser comprovada por laudo judicial.
  - A certidão deverá conter menção expressa à condição de pobreza.
  - O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso acompanhada da assinatura de duas testemunhas.
  - A gratuidade depende de requerimento ao Ministério Público.
  - A pobreza somente poderá ser comprovada por laudo judicial e a certidão deverá conter menção expressa à condição de pobreza.
38. A Lei nº 10.169/2000 estabelece normas gerais para a fixação de emolumentos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- É permitida a cobrança de valores não previstos em tabela, somente em caso de diligências externas e em casos de urgência comprovada.
  - Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País.
  - É permitida a cobrança de valores não previstos em tabela.
  - Os emolumentos serão fixados livremente pelo delegatário.
  - Os emolumentos poderão ser fixados por ato interno do cartório.
39. Conforme a Lei nº 10.169/2000, que regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, assinale a alternativa correta:
- É permitida a cobrança de taxa de urgência e a cobrança de valores acessórios independe de previsão legal, desde que autorizados pelo CNJ.
  - É permitida a cobrança de taxa administrativa não prevista em tabela.
  - É vedado cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.
  - É permitida a cobrança de taxa de urgência.
  - A cobrança de valores acessórios independe de previsão legal.

40. A Lei nº 6.015/73 disciplina os livros de proclamas e a publicação de editais no procedimento de habilitação para casamento. Assinale a alternativa correta:
- Os proclamas são registrados apenas em meio eletrônico.
  - A escrituração dos proclamas é facultativa.
  - Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais, todos assinados pelo oficial.
  - A escrituração dos proclamas é facultativa e a publicação do edital é sempre dispensável, quando há urgência comprovada pelos nubentes.
  - A publicação do edital é sempre dispensável.
41. Sobre a habilitação para o casamento, conforme a Lei nº 6.015/73, assinale a alternativa correta:
- Os interessados apresentarão os documentos exigidos pela lei civil e requererão ao oficial a expedição da certidão de habilitação.
  - A habilitação dispensa apresentação de documentos e é válida por prazo indeterminado, desde que autorizada pelo presidente do ato.
  - A habilitação dispensa apresentação de documentos.
  - A habilitação é realizada exclusivamente perante o tabelionato de notas.
  - A habilitação é válida por prazo indeterminado.
42. A Lei Federal nº 8.560/1992 regula o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento. Sobre o reconhecimento, assinale a alternativa correta:
- O reconhecimento somente pode ser feito por sentença judicial.
  - O reconhecimento é sempre revogável, a qualquer tempo, sem formalidades, independente de sentença judicial.
  - O reconhecimento depende exclusivamente de escritura pública.
  - O reconhecimento é irrevogável e pode ser feito no registro de nascimento, por escritura pública ou escrito particular arquivado em cartório, por testamento ou por manifestação expressa perante o juiz.
  - O reconhecimento é sempre revogável.
43. Conforme a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, conhecida como Lei dos cartórios, correto afirmar que é dever do notário e do registrador:
- Arquivar documentos apenas em meio eletrônico.
  - Manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia.
  - Manter quantas sucursais forem necessárias ao pleno desenvolvimento do serviço delegado com eficiência, urbanidade e presteza.
  - Delegar a terceiros a guarda permanente dos livros.
  - Manter os livros fora da serventia, a critério próprio.
44. Nos termos da Lei nº 6.015/73, é correto afirmar que no Registro de Imóveis haverá os seguintes livros:
- Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Indicador Pessoal.
  - Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 6 – Distribuição.
  - Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Pessoal; Livro nº 5 – Indicador Real; Livro nº 6 – Distribuição.
  - Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 4 – Indicador Pessoal.
  - Livro nº 1 – Protocolo; Livro nº 2 – Registro Geral; Livro nº 3 – Registro Auxiliar; Livro nº 4 – Indicador Real; Livro nº 5 – Indicador Pessoal.
45. No Registro de Imóveis, a prenotação observará rigorosamente a ordem de apresentação dos títulos. Sobre a prenotação, assinale a alternativa correta:
- A prenotação depende de análise prévia do mérito do título.
  - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação.
  - A prenotação é facultativa em casos urgentes.
  - A prenotação somente ocorre após o registro definitivo.
  - Todos os títulos tomarão, no Registro Geral – Livro 3 Auxiliar, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação.
46. Em relação ao tema “Nacionalidade” é correto afirmar:
- É brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade, desde que requeira a nacionalidade brasileira e seja residente na República Federativa do Brasil há, no mínimo, trinta anos ininterruptos e sem condenação penal por crime punido com reclusão.
  - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
  - É privativo de brasileiro nato o cargo de Senador.
  - São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país, e, desse modo, não podem ser extraditados sob quaisquer circunstâncias.
  - A partir da Emenda Constitucional n. 131/2023, a renúncia da nacionalidade brasileira impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária.

47. Leia a notícia abaixo, publicada pela Agência Senado em 17/07/2025 (disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/07/17/lula-veta-aumento-do-numero-de-deputados-federais>), intitulada “Lula veta aumento do número de deputados federais”:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu vetar integralmente o projeto de lei complementar que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531. A mensagem de veto ao PLP 177/2023 foi publicada na edição do *Diário Oficial da União* desta quinta-feira (17).

A proposta foi apresentada pela Câmara dos Deputados e aprovada no Senado no final de junho. O texto também estabelece que a criação e a manutenção dos novos mandatos não poderão aumentar as despesas totais da Câmara entre 2027 e 2030.

Na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, o chefe do Executivo alegou que a medida é inconstitucional e contraria o interesse público. O veto foi embasado em pareceres apresentados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Segundo o governo, a ampliação do número de parlamentares prevista no projeto implicaria aumento de despesas obrigatórias sem a devida estimativa de impacto orçamentário, fonte de custeio ou medidas de compensação, violando assim o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025.

O governo também destacou que a medida poderia impor encargos adicionais não apenas à União, mas também a estados e municípios, o que violaria o artigo 27 da Constituição Federal.

Fonte: Agência Senado

E, de acordo com informações do sítio da Câmara dos Deputados, em reportagem assinada por Eduardo Piovesan e Tiago Miranda (disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1172995-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-AUMENTA-DE-513-PARA-531-O-NUMERO-DE-DEPUTADOS-FEDERAIS>), publicada em 26/06/2025, o projeto de lei complementar (que, como apontado acima, foi vetado) previa que o Estado do Pará ampliaria o número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 17 para 21, o que acabou não ocorrendo.

Com base na regra constitucional que define o número de deputados estaduais à Assembleia Legislativa, se o veto presidencial (acima informado) não tivesse ocorrido e se o número de deputados federais do Estado do Pará houvesse sido ampliado de 17 para 21, o número de cadeiras para o cargo de deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Pará, a partir de 2027, seria de (assinale a alternativa correta):

- a) Aumentaria de 41 para 63 cadeiras.
- b) Não sofreria modificação, mantendo-se as 41 cadeiras.
- c) Não sofreria modificação, mantendo-se as 51 cadeiras.
- d) Aumentaria de 41 para 45 cadeiras.
- e) Aumentaria de 51 para 63 cadeiras.

48. Em relação ao direito fundamental de inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), assinale a alternativa correta:

- a) Há súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, definindo como “dia” o período entre 5 (cinco) horas e 22 (vinte e duas) horas, quando, então, admite-se penetrar na casa sem consentimento do morador para cumprir mandado judicial.
- b) O morador que resiste ao cumprimento de mandado judicial durante o período noturno, impedindo, assim, a entrada de policiais no seu domicílio durante a noite, pratica crime de resistência.
- c) Os escritórios profissionais, mesmo nas áreas internas não acessíveis ao público, não estão protegidos pela inviolabilidade de domicílio, já que não podem ser abrangidos pelo conceito de “casa”. Desse modo, o agente público da fiscalização tributária poderá ingressar, sem mandado judicial, em espaço privado não aberto ao público e apreender livros contábeis e documentos fiscais.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador ou do proprietário. Em um contrato de locação residencial, na hipótese de divergência entre a manifestação de vontade do locatário (inquilino) e do locador (proprietário), deve prevalecer a vontade do locador (proprietário), que, então, poderá consentir que se adentre no domicílio mesmo diante da oposição do morador (locatário).
- e) Para os fins de proteção jurídica, o conceito normativo de “casa” deve ser interpretado de forma abrangente, estendendo-se, segundo o Supremo Tribunal Federal, a aposento ocupado de habitação coletiva, como os quartos de hotel.

49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional (assinale a alternativa correta):

- a) Eleger membros do Conselho da República.
- b) Aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- c) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- e) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

50. Assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como de suas comissões, serão tomadas pelos votos da maioria absoluta de seus membros, exigindo-se a presença da maioria absoluta de seus integrantes.
- b) Decretado o Estado de Defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal, que decidirá pela maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros.
- c) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) As leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
- e) Os membros do Congresso Nacional, desde a posse, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, resolva sobre a prisão.

51. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- a) Transcorrido o prazo de classificação da informação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a consulta dependerá de pedido de acesso à informação, cuja adequação será apreciada em processo administrativo, visto que a informação não se torna automaticamente disponível ao público.
- b) A classificação do sigilo de informações no grau de ultrassecreto, no âmbito da administração pública federal, é de competência das seguintes autoridades: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.
- c) As Cortes de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público não se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação.
- d) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme processo de classificação em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, são os seguintes: ultrassecreta (100 anos); secreta (25 anos); reservada (15 anos).
- e) Para os efeitos da Lei de Acesso à informação, considera-se primariedade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

52. De acordo com a Lei Anticorrupção, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar:

- a) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. A responsabilidade civil dos dirigentes ou administradores pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, é objetiva.
- c) A celebração do acordo de leniência eximirá a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano.
- d) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- e) A dissolução compulsória da pessoa jurídica é uma sanção que deve ser aplicada unicamente na esfera administrativa, conforme decisão proferida no processo administrativo de responsabilização.

53. Assinale a alternativa correta, com fundamento da Lei n. 9.784/99:

- a) É possível ocorrer a avocação de competência de forma definitiva, mesmo quando seja inexistente a relação hierárquica entre os órgãos ou os agentes envolvidos.
- b) Um órgão público pode delegar sua competência na integralidade, com a transferência total de poderes e de forma definitiva, para um outro órgão público.
- c) Não podem ser objeto de delegação: a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos; as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- d) Admite-se a delegação de competência de um agente público para outro, desde que existente subordinação hierárquica.
- e) O ato administrativo de delegação deve indicar a sua duração, não se admitindo a revogação pela autoridade delegante antes do prazo inicialmente estabelecido.

54. Assinale a alternativa correta:

- a) Os agentes públicos das empresas públicas submetem-se a um regime legal estatutário específico, equivalente ao aplicável às autarquias, não se admitindo o regime contratual celetista.
- b) Órgão público é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- c) O poder de polícia somente pode ser exercido pela Administração Pública direta.
- d) As autarquias são órgãos públicos e integram a Administração Pública direta.
- e) O controle finalístico, ao qual as entidades administrativas da Administração Pública direta e indireta se submetem perante os Entes Federativos, é uma forma de controle hierárquico.

55. De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere à responsabilidade administrativa disciplinar do agente público, é correto afirmar:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar deve conter uma exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) O processo administrativo disciplinar não permite prorrogação do prazo, sendo a extrapolação do período legal para a sua conclusão causa imediata de nulidade insanável.
- c) A prova emprestada não é admitida no processo administrativo disciplinar em nenhuma circunstância, exigindo-se, assim, que a prova seja produzida exclusivamente pela comissão disciplinar especificamente instaurada para a apuração da infração administrativa supostamente praticada pelo agente público acusado.
- d) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- e) Com fundamento na vedação constitucional ao anonimato, não é admitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

56. Conforme a previsão da lei 8134/1990, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do imposto, na declaração anual, será a diferença entre as somas dos seguintes valores de todos os rendimentos percebidos pelo contribuinte durante o ano-base, incluindo os isentos, os não tributáveis e os tributados exclusivamente na fonte.
- b) As pessoas físicas não deverão apresentar anualmente declaração de rendimentos, na qual se determinará o saldo do imposto a pagar ou a restituir.
- c) O contribuinte poderá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em livro-caixa, que serão mantidos em seu poder, à disposição da fiscalização, mesmo ocorrendo a prescrição ou decadência.
- d) Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda, poderão ser deduzidas as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Pagamentos não obrigatórios do imposto, efetuados durante o ano-base poderão ser deduzidos do imposto apurado na declaração anual.

57. Segundo a súmula 331 do STF, é correto afirmar:

- a) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário.
- b) É legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.
- c) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário decorrente de testamento cerrado.
- d) É legítima a não incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.
- e) Não é legítima a incidência do imposto de transmissão causa mortis no inventário por morte presumida.

58. Conforme a lei 10169/2000 assinale a alternativa correta:

- a) É permitido cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.
- b) É permitido cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.
- c) É permitido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- d) É vedado fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- e) Os valores dos emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro serão fixados por lei municipal.

59. Conforme a súmula 614 do STJ é correto afirmar que:

- a) O locatário tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel por propositura de Mandado de Segurança.
- b) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois não é o proprietário.
- c) O locatário tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois o fato de estar na posse lhe confere capacidade postulatória.
- d) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de ISS e ICMS do imóvel, pois não é o proprietário.
- e) O locatário não tem legitimidade para discutir a relação tributária de IPTU do imóvel, pois existe vedação legal para sua capacidade postulatória.

60. Conforme a súmula 584 do STF, assinale a alternativa correta:

- a) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base anterior, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.
- b) O imposto sobre serviços não incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.
- c) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos obtidos no exterior do ano-base, aplica-se a lei vigente no país no qual foram obtidos os rendimentos.
- d) O imposto sobre serviços incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.
- e) Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.

61. A lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro traz disposições sobre a aplicação da lei às relações jurídicas de bens e pessoas. De acordo com essa norma, leia as assertivas a seguir e responda:

- I. Como regra geral, a lei do domicílio do herdeiro ou do legatário regula a capacidade para suceder.
- II. Quando for realizada a sucessão de bens de estrangeiro situados no Brasil, e o falecido tenha deixado cônjuge brasileiro e filhos estrangeiros, será aplicada a lei mais favorável ao cônjuge brasileiro, independente de que seja a lei brasileira ou a lei estrangeira.
- III. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados, exceto quanto aos bens moveis que o proprietário trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares, situação em que será aplicada a lei do domicílio deste proprietário.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Está correta apenas a assertiva I.
- c) Está correta apenas a assertiva II.
- d) Está correta apenas a assertiva III.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

62. Os negócios jurídicos permitem aos particulares regularem os seus interesses, compondo a sua vontade, respeitando o objeto lícito. A respeito dos negócios jurídicos, responda de acordo com o previsto no Código Civil

- I. É possível às partes, por ato de vontade e segurança jurídica, convencionarem ao negócio celebrado a exigência de realização por meio de escritura pública, ainda que não prevista em lei.
- II. As partes têm a faculdade de estabelecer, por mútuo acordo, regras específicas de interpretação, complementação de lacunas e integração dos negócios jurídicos, independentemente das disposições legais aplicáveis.
- III. Ainda que o destinatário de manifestação de vontade tenha conhecimento da reserva mental do seu autor, a manifestação da vontade deve subsistir.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Está correta apenas a assertiva III.
- d) Está correta apenas a assertiva I.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

63. Os artigos 1.359 e 1.360 do Código Civil regulamentam a propriedade resolúvel. De acordo com esses dispositivos legais, assinale a alternativa correta:

- a) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição, advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos ex tunc e erga omnes.
- b) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição opera efeitos ex tunc e erga omnes; por sua vez, a resolução da propriedade em razão do advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos ex tunc e inter partes.
- c) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição ou advento do tempo, opera efeitos ex tunc e erga omnes; por sua vez, a resolução da propriedade por outra causa superveniente, opera efeitos ex nunc e inter partes.
- d) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição opera efeitos ex tunc e erga omnes; por sua vez, a resolução da propriedade em razão do advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos ex nunc e inter partes.
- e) A resolução da propriedade em razão do implemento da condição, advento do tempo ou por outra causa superveniente, opera efeitos ex nunc e erga omnes.

64. Entre os direitos reais regulamentados pelo Código Civil está o direito de habitação, regulamentado nos artigos 1.414 e 1.416. A respeito desse direito real, leia as assertivas abaixo e responda:

- I. O direito de habitação em imóvel alheio é de caráter gratuito, não sendo possível que o seu titular alugue o bem, podendo, no entanto, emprestar gratuitamente o uso a terceiros.
- II. O direito habitação, se conferido a mais de uma pessoa e exercido apenas por um dos titulares, gera aos demais o direito de cobrar aluguel pelo uso exclusivo.
- III. Caso o direito real de habitação seja atribuído a mais de um indivíduo, nenhum deles poderá impedir que os outros exerçam, caso desejem, o mesmo direito de habitação que igualmente lhes assiste.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Nenhuma das assertivas está correta.
- d) Está correta apenas a assertiva III.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

65. A evicção e o vício redibitório constituem garantias legais conferidas ao adquirente. A respeito da evicção e do vício redibitório, responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

- I. O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.
- II. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário.
- III. Não podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Nenhuma das assertivas está correta.
- d) Está correta apenas a assertiva I.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

66. A fiança é uma obrigação de garantia prevista no Código Civil, por meio da qual uma pessoa se compromete a satisfazer obrigação assumida por terceiro, caso este não a cumpra. A respeito da fiança, leia as assertivas e responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

- I. A fiança pode ser estipulada independentemente do consentimento ou mesmo contra a vontade do devedor.
- II. Quando várias pessoas prestam fiança para uma mesma dívida, não há presunção de solidariedade entre elas, devendo ser expressamente previsto.
- III. A fiança pode ter valor inferior à obrigação principal e ser menos onerosa; se exceder o valor ou for mais onerosa, só é válida até o limite da dívida garantida.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Nenhuma das assertivas está correta.
- e) Está correta apenas a assertiva I.

67. De acordo com o artigo 1.639 e seguintes do Código Civil, os cônjuges podem estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver. A respeito dos regimes de bens, leia as assertivas e responda:

- I. No casamento em comunhão parcial de bens, é necessária a anuência do cônjuge para que o outro preste fiança. A ausência de anuência permite ao cônjuge a quem cabia concedê-la, ou aos seus herdeiros, que demandem a decretação da invalidade.
- II. Os cônjuges são solidariamente responsáveis pelas dívidas resultantes de empréstimos para necessidades domésticas, ainda que contraída sem autorização mútua.
- III. O pacto antenupcial que escolha o regime de separação total de bens não pode excluir a obrigação de que ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seu trabalho e de seus bens, prevista em lei como regra geral.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Está correta apenas a assertiva III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Nenhuma das assertivas está correta.
- d) Está correta apenas a assertiva II.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

68.O Código Civil prevê diversas possibilidades de instituição de direitos por meio do testamento, permitindo ao testador dispor de seu patrimônio e estabelecer efeitos jurídicos para após a sua morte, observados os limites legais. A respeito disso, responda de acordo com o disposto no Código Civil brasileiro.

- I. O terceiro pode criar um bem de família por testamento, independente da aceitação expressa dos cônjuges ou da entidade familiar beneficiada.
- II. O testamento elaborado por um dos genitores pode conter cláusula nomeando tutor para o filho, caso o outro genitor não venha a sobreviver ou esteja impossibilitado de exercer o poder familiar.
- III. É possível ao testador instituir multipropriedade em disposição testamentária, devendo constar daquele ato a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Nenhuma das assertivas está correta.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Está correta apenas a assertiva I.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

69.O Estatuto da pessoa com deficiência/Lei brasileira de inclusão – Lei nº 13.146/2015 – trouxe em seu artigo 85 a regra geral dos efeitos da curatela. Assinale a alternativa correta, de acordo com o previsto no texto legal:

- a) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.
- b) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza negocial, e não alcança o direito patrimonial, ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.
- c) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial e o direito ao trabalho, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, e ao voto.
- d) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial, o direito ao voto, trabalho e matrimônio, e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, à privacidade, à educação e à saúde
- e) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial, o direito ao voto e ao trabalho e não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação e à saúde.

70.Como regra geral, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14.08.2018) determina que o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado em algumas hipóteses. De acordo com o previsto como regra geral na lei, assinale a alternativa correta:

- I. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a proteção da vida ou da incolumidade física de terceiro.
- II. O tratamento de dados pessoais poderá ser efetuado para a realização de estudos por órgão de pesquisa, independente da anonimização dos dados pessoais.
- III. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a proteção do crédito.

De acordo com o texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) Nenhuma das assertivas está correta.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Está correta apenas a assertiva I.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- e) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

71.Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

- I. O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais não poderá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz.
  - II. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
  - III. O incapaz não poderá continuar a empresa antes exercida por ele, ainda que por meio de representante ou devidamente assistido.
  - IV. A associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso requeira e obtenha sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, atendidas as formalidades legais, será considerada empresária, para todos os efeitos.
- a) Somente a assertiva IV está correta.
  - b) Todas as assertivas corretas.
  - c) Apenas assertivas II e IV estão corretas.
  - d) Apenas a assertiva I está correta.
  - e) Somente a assertiva III está incorreta.

72. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a lei 8.934/94 (Lei Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As juntas comerciais, nos termos da lei, subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo.
- b) As juntas comerciais, nos termos da lei, subordinam-se, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- c) Os vogais das juntas comerciais e os respectivos suplentes, atendidas as condições legais, serão nomeados, salvo disposição em contrário, pelos governos dos Estados e do Distrito Federal.
- d) O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins será exercido em todo o território nacional, de forma sistêmica, por órgãos federais, estaduais e distrital, atendidas as formalidades legais.
- e) É vedado às juntas comerciais desconcentrar os seus serviços mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

73. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca da Sociedade Limitada, assinale a alternativa correta:

- I. Os sócios respondem solidariamente pela integralização social.
  - II. A sociedade deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios.
  - III. A contribuição dos sócios pode consistir em bens ou em serviços, de acordo com o que for regulado no contrato social.
  - IV. É vedada a nomeação de administradores não sócios.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
  - b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - c) Somente a assertiva IV está incorreta.
  - d) Todas as assertivas corretas.
  - e) Todas as assertivas estão incorretas.

74. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a lei 6.404/76 (lei das sociedades anônimas) vigente acerca da Sociedade Anônima, assinale a alternativa correta:

- I. O capital social poderá ser formado com contribuições em serviços, dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
  - II. Quando a integralização do capital social consistir em crédito, o subscritor ou acionista responderá pela solvência do devedor.
  - III. É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
  - IV. As ações do capital social poderão ser nominativas, ao portador ou endossáveis.
- a) Apenas assertiva II está correta.
  - b) Todas as assertivas estão corretas.
  - c) Apenas a assertiva II e IV estão incorretas.
  - d) Apenas assertivas II e III estão corretas.
  - e) Apenas as assertiva I e III estão incorretas.

75. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- I. É obrigatório o protesto do título para execução do devedor principal da Nota Promissória.
  - II. O credor pode executar os avalistas da Nota Promissória independentemente do protesto do título.
  - III. A duplicata pode, conforme o caso, ser protestada por falta de pagamento, falta de aceite ou falta de devolução.
  - IV. A duplicata aceita pelo devedor pode ser executada independentemente de protesto.
- a) Apenas a assertiva IV está correta.
  - b) Todas as assertivas estão corretas.
  - c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - d) Apenas a assertiva III está correta.
  - e) Todas as assertivas estão incorretas.

76. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca da Sociedade Simples, assinale a alternativa correta:

- I. É permitido o contrato social prever que a contribuição de sócio consista em serviços.
  - II. A responsabilidade dos sócios é limitada à integralização do capital social.
  - III. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
  - IV. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- a) As assertivas II e IV estão incorretas.
  - b) Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - c) Todas as assertivas corretas.
  - d) Todas as assertivas estão incorretas.
  - e) Apenas a assertiva II está incorreta.

77. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente acerca de Sociedades, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O exaurimento do fim social é causa de dissolução de pleno direito da sociedade, independentemente de decisão judicial.
- b) O contrato social poderá prever outras causas de dissolução da sociedade, além daquelas previstas em lei, que serão verificadas judicialmente quando contestadas.
- c) O liquidante poderá ser indicado pelos sócios no contrato social.
- d) No caso de dissolução de sociedade, se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.
- e) Dissolvida de pleno direito a sociedade, pode o sócio requerer, desde logo, a liquidação judicial.

78. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

- a) O reconhecimento da desconsideração da personalidade jurídica impõe a responsabilidade ilimitada de todos os sócios.
- b) A demonstração da existência de grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica, conforme o caso concreto, pode atingir os bens particulares dos sócios, ainda que beneficiados indiretamente pelo abuso da personalidade.
- d) Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- e) A transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, mesmo aqueles de valor proporcionalmente insignificante, configura confusão patrimonial passível de desconsideração da personalidade jurídica.

79. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente, assinale a alternativa correta:

- I. Considera-se gerente o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
  - II. Considera-se administrador o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
  - III. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
  - IV. Na falta de estipulação diversa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
  - b) Apenas as assertivas I e II estão incorretas.
  - c) Apenas assertivas I e III estão incorretas.
  - d) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
  - e) Apenas a assertiva II está incorreta.

80. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente sobre Sociedades, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Na Sociedade em Comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- b) Na Sociedade em Comum todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e, portanto, todos são excluídos do benefício de ordem.
- c) Na Sociedade em Conta de Participação, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.
- d) A constituição da Sociedade em Conta de Participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- e) A Sociedade em Conta de Participação não adquire personalidade jurídica mediante a inscrição de seu instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

81. Quanto à organização na prestação de serviços, segundo o Provimento CNJ 149/2023, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro.
- b) O titular do serviço notarial e de registro que decidir implementar ou alterar o regime de teletrabalho na serventia extrajudicial deverá comunicar ao órgão correcional local o nome, CPF, e-mail e telefone dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho, bem como os meios de controle das atividades dos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro incluídos no sistema de teletrabalho.
- c) É vedada a realização de teletrabalho pelos titulares delegatários, bem como pelos interinos e interventores nomeados para responder pelo serviço notarial e de registro.
- d) A atividade notarial e de registro na modalidade teletrabalho está limitada a 50% da força de trabalho da serventia extrajudicial, desde que seja mantida a capacidade plena de funcionamento dos setores de atendimento ao público externo.
- e) Não se enquadram no conceito de teletrabalho as atividades notariais e de registro executadas externamente em razão da natureza do ato a ser praticado.

82. Quanto ao disposto na Lei 8.245/91, é **INCORRETO** afirmar:

- a) É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário-mínimo.
- b) Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.
- c) Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários se o contrário não se estipulou.
- d) O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal se igual ou superior a quinze anos.
- e) Seja qual for o fundamento do término da locação, a ação do locador para reaver o imóvel é a de despejo.

83.Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais não guarda nenhum valor probatório, ainda que subscrito pelas partes.
- b) O documento público faz prova apenas da sua formação, dependendo de ratificação judicial os fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declararem que ocorreram em sua presença.
- c) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, desde que assinada, faz prova em benefício do devedor.
- d) A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á unicamente por prova documental.
- e) Não dependem de prova os fatos notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos no processo como incontroversos; e, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

84.Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura
- b) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
- c) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.
- d) A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida ou liquidável e exigível.
- e) São títulos executivos extrajudiciais a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas; a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei; o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas; a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.

85.Quanto ao disposto no Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O juiz nomeará curador especial ao incapaz se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;
- b) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- c) Nas ações possessórias a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composesse ou de ato por ambos praticado.
- d) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito pessoal e direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- e) A autarquia e a fundação de direito público serão representadas em juízo, ativa e passivamente, por quem a lei do ente federado designar.

86.O crime de lavagem de dinheiro se encontra previsto no artigo 1º da Lei 9.613 de 1998. Sobre esse delito, é correto afirmar:

- a) Para a persecução penal do crime de lavagem de dinheiro, é essencial a condenação, em processo apartado ou no mesmo processo, do responsável pelo delito considerado antecedente.
- b) O delito de lavagem de dinheiro só se consuma com a completude das três fases previstas para sua realização, quais sejam, colocação, integração e ocultação, nessa mesma ordem.
- c) O crime de furto não pode ser considerado antecedente de lavagem pois é cometido sem violência.
- d) Segundo a jurisprudência majoritária, a autolavagem de dinheiro não é punível no direito penal brasileiro, por força da proibição de bis in idem.
- e) Após alteração realizada pela Lei n. 12.683 de 2012, não há previsão de rol de crimes antecedentes ao delito de lavagem de dinheiro. Atualmente, contravenções penais também podem ser consideradas infrações antecedentes.

87.Sobre os crimes contra a fé pública, é correto afirmar que:

- a) O crime de falsificação de documento público é considerado próprio, pois o agente deve agir em concurso com alguém que ostente a característica de funcionário público, o qual será responsável por dar fé pública ao documento falsificado.
- b) Apenas o cartão de crédito de banco privado se equipara a documento privado para o fim dos crimes de falsidade documental.
- c) No caso de agente que falsifica e usa o mesmo documento, nas mesmas circunstâncias de lugar e tempo, se aplicará o benefício da continuidade delitiva, que provoca a exasperação da pena na terceira fase da dosimetria.
- d) No delito de falsidade ideológica, o falso recai sobre o conteúdo do objeto material, podendo sua forma ser verdadeira.
- e) A denúncia caluniosa é considerada um delito contra a fé pública.

88. Sobre a dosimetria da pena, é correto afirmar que:

- a) O rol de agravantes previsto no artigo 61 é taxativo, o que significa que admite complementação judicial de acordo com as nuances do caso concreto.
- b) As majorantes são aplicadas na segunda fase da dosimetria da pena, devendo obedecer a rol taxativo disposto na parte geral do Código Penal.
- c) As atenuantes do artigo 65 devem necessariamente implicar a redução de um quantum de pena correspondente a um sexto, e são valoradas na terceira fase do método dosimétrico.
- d) Quem pratica fato típico, ilícito e culpável deve ter a pena automaticamente aumentada na primeira fase da dosimetria, uma vez que está presente a circunstância judicial da “culpabilidade”.
- e) A mesma condenação utilizada para agravar a pena por reincidência não poderá ser utilizada para valorar negativamente os maus antecedentes, na primeira fase da dosimetria penal.

89. Sobre os crimes contra a Administração pública e a Administração da justiça, é correto afirmar que:

- a) O delito de peculato, que é um crime próprio, prevê uma causa de extinção de punibilidade pelo pagamento do valor desviado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, o que se aplica independentemente do elemento subjetivo do tipo.
- b) O delito de corrupção passiva e de corrupção ativa não são de concurso necessário.
- c) O crime de descaminho se encontrava previsto no rol de delitos contra a Administração Pública, porém, atualmente, foi deslocado para a legislação especial que tutela os crimes contra a Ordem Tributária.
- d) O delito de denúncia caluniosa se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima que teve a falsa investigação instaurada contra si. A representação deve ser apresentada no prazo prescricional de seis meses da ciência da autoria.
- e) O crime de falso testemunho deixa de ser punível com a retratação do agente, mesmo que esta ocorra após a sobrevinda de sentença condenatória no processo em que o ilícito ocorreu. A retratação então servirá de base para eventual revisão criminal.

90. Sobre a ação penal, é correto afirmar que:

- a) A queixa crime e a representação devem ser apresentadas no prazo prescricional de um ano, a contar da ciência da autoria.
- b) Caso ocorra o indiciamento por parte do delegado de polícia no inquérito policial, o promotor de justiça deve obrigatoriamente realizar o oferecimento da denúncia, o que, no caso de réu preso, ocorrerá no prazo máximo de 30 dias.
- c) No caso da ação penal privada, a parte poderá optar pelo oferecimento da queixa-crime por advogado contratado ou da denúncia pelo promotor de justiça; no primeiro caso, no entanto, serão cobradas custas processuais.
- d) A representação da vítima, no caso de ação penal condicionada, é sempre irretratável.
- e) No caso de ação penal pública incondicionada, o representante do Ministério Público poderá oferecer a denúncia independentemente da vontade da vítima.

91. Com base na Lei Federal nº 10.169/2000 (Normas gerais de emolumentos) e na Lei Estadual nº 10.257/2023 (Normas específicas de emolumentos do Estado do Pará), analise as afirmativas a seguir:

- I. A Lei Federal nº 10.169/2000 estabelece, como norma geral, que os Estados e o Distrito Federal têm a competência para fixar o valor dos emolumentos por meio de lei específica.
- II. A Lei Estadual nº 10.257/2023 assegura a gratuidade dos emolumentos e de quaisquer acréscimos para o registro civil de nascimento e óbito, e para a primeira via da respectiva certidão.
- III. Segundo a lei federal de normas gerais, nº 10.169/2000, a fixação dos emolumentos devidos pelos atos notariais e de registro deve observar, entre outros fatores, o custeio e a remuneração adequada dos serviços prestados, bem como o caráter social desses serviços.
- IV. A Lei nº 10.169/2000 veda expressamente a previsão de isenções, descontos ou reduções em quaisquer atos praticados, devendo todos os emolumentos serem cobrados em sua integralidade, exceto nos casos de gratuidade constitucionalmente previstos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

92. Sobre o Provimento nº 149, de 30/08/2023, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta:

- I. O provimento estabelece diretrizes nacionais para os serviços do foro extrajudicial.
- II. O provimento é aplicável a todos os estados brasileiros.
- III. O provimento visa uniformizar procedimentos para maior eficiência.
- IV. Busca, entre outras considerações, concentrar todos os provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça, em um único ato, para evitar os transtornos decorrentes da dispersão de atos normativos.

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas a III está correta.
- c) I e IV estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) II e IV estão corretas.

93. A respeito da hierarquia e da aplicação das normas que regem os serviços extrajudiciais no Estado do Pará, considerando o Provimento nº 149/2023 (CNN/CN/CNJ-Extra) e o Provimento Conjunto nº 002/2019-CJRMB/CICJ (Código de Normas do Pará), avalie as seguintes proposições:

- I. O Provimento nº 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas do CNJ para o Foro Extrajudicial, prevalece sobre as normas estaduais dos Provimentos Conjuntos do TJPA, em caso de divergência ou antinomia normativa.
- II. O Provimento Conjunto nº 002/2019-CJRMB/CICJ (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará) aplica-se de forma supletiva ou específica, desde que haja compatibilidade com o Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023) e com a legislação federal aplicável.
- III. As Corregedorias de Justiça dos Tribunais são as responsáveis por fiscalizar os serviços notariais e de registro, devendo zelar pelo cumprimento do Código Nacional e das normas locais compatíveis, como determina o Provimento nº 149/2023.
- IV. O Provimento nº 006/2023-CGJ, da Corregedoria Geral de Justiça do TJPA, por ser superveniente ao Provimento nº 149/2023 do CNJ, revoga as disposições deste último que tratem de matérias de interesse restrito do Estado do Pará.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

94. A Lei Estadual nº 10.538, de 20 de maio de 2024, que dispõe sobre a reorganização do foro extrajudicial, juntamente com a Lei Estadual nº 10.539/2024, que trata dos serviços do foro extrajudicial, representam um marco regulatório. Qual é o efeito principal da Lei nº 10.538/2024 no tocante à estrutura administrativa dos serviços notariais e de registro no Estado do Pará?

- a) A reestruturação do foro extrajudicial, com a definição da nova classificação das serventias extrajudiciais em entrâncias e o estabelecimento de critérios para a criação, acumulação, desacumulação, desmembramento e extinção desses serviços.
- b) A unificação da natureza jurídica de todos os acréscimos (taxas, selos, Fundo, etc.) incidentes sobre os emolumentos para torná-los todos de natureza tributária de competência estadual.
- c) A criação de um novo Código de Processo Civil Estadual, aplicável exclusivamente aos procedimentos de jurisdição voluntária que tramitam nas serventias extrajudiciais.
- d) A extinção total da gratuidade dos emolumentos para o registro civil de pessoas naturais, em razão da criação de um novo fundo de custeio por via indireta.
- e) A obrigatoriedade de que todos os notários e registradores do Estado do Pará utilizem, para fins de publicidade, exclusivamente a denominação 'Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais'.

95. Analisando a Lei Complementar Estadual nº 21/1994 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis) e a Lei nº 6.831/2006 (Fundo de Apoio ao Poder Judiciário – FUNJUR), bem como o Regime Interno do TJPA, assinale a correta:

- I. A Lei Complementar Estadual nº 21/1994, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, aplica-se, no que couber, aos servidores dos serviços auxiliares da Justiça, não titulares de cargos notariais ou de registro.
- II. O Fundo de Apoio ao Poder Judiciário (FUNJUR), criado pela Lei nº 6.831/2006, tem como uma de suas finalidades específicas a garantia da modernização, do reaparelhamento e da informatização do Poder Judiciário do Estado do Pará.
- III. Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), compete ao Conselho da Magistratura processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça.
- IV. A Lei Complementar Estadual nº 38/2001, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 42/2002, dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

96. O avanço das tecnologias de inteligência artificial tem suscitado debates relevantes no campo jurídico e institucional. Considerando o contexto atual, é correto afirmar que:

- a) A principal preocupação regulatória em torno da inteligência artificial está relacionada à proteção de direitos fundamentais, à transparência algorítmica e à responsabilização pelo uso de sistemas automatizados.
- b) A inteligência artificial substituiu integralmente a atuação humana nos serviços públicos essenciais.
- c) A regulação da inteligência artificial limita-se exclusivamente à proteção de direitos autorais.
- d) O desenvolvimento tecnológico prescinde de qualquer marco ético ou normativo.
- e) O uso de inteligência artificial é plenamente neutro, inexistindo impactos sociais ou jurídicos relevantes decorrentes de sua adoção.

97. O contexto econômico global recente tem sido marcado por instabilidades e transformações estruturais. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) O comércio internacional perdeu completamente sua importância estratégica.
- b) As crises econômicas contemporâneas são fenômenos exclusivamente internos de cada país.
- c) As economias nacionais tornaram-se totalmente independentes dos fluxos internacionais.
- d) A política monetária deixou de ser instrumento relevante de controle econômico.
- e) Inflação, cadeias produtivas globais e políticas monetárias restritivas têm impactado de forma significativa as economias nacionais.

- 98.O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido nos últimos anos, pressupõe:
- a) A conciliação entre crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social.
  - b) A preservação ambiental desvinculada de qualquer atividade econômica.
  - c) A substituição integral das atividades produtivas por áreas de conservação.
  - d) A priorização absoluta do crescimento econômico, ainda que com degradação ambiental.
  - e) A exclusão das dimensões sociais do processo de desenvolvimento.
- 99.A chamada transição energética tem ocupado posição central nos debates contemporâneos. Sobre o tema, é correto afirmar que:
- a) A política energética é irrelevante para o desenvolvimento econômico.
  - b) O debate energético não possui relação com mudanças climáticas.
  - c) A transição energética busca reduzir a dependência de combustíveis fósseis e ampliar o uso de fontes renováveis.
  - d) As fontes renováveis são inviáveis técnica e economicamente.
  - e) A transição energética elimina, a curto prazo, todas as formas tradicionais de geração de energia.
- 100.A incorporação de tecnologias digitais aos serviços públicos, incluindo os serviços extrajudiciais, tem como objetivo principal:
- a) Ampliar a eficiência, a transparência e o acesso do cidadão aos serviços.
  - b) Restringir o acesso da população aos serviços públicos.
  - c) Substituir a legalidade pelo critério exclusivamente tecnológico.
  - d) Tornar os procedimentos mais complexos e burocráticos.
  - e) Eliminar completamente o controle humano das atividades administrativas.